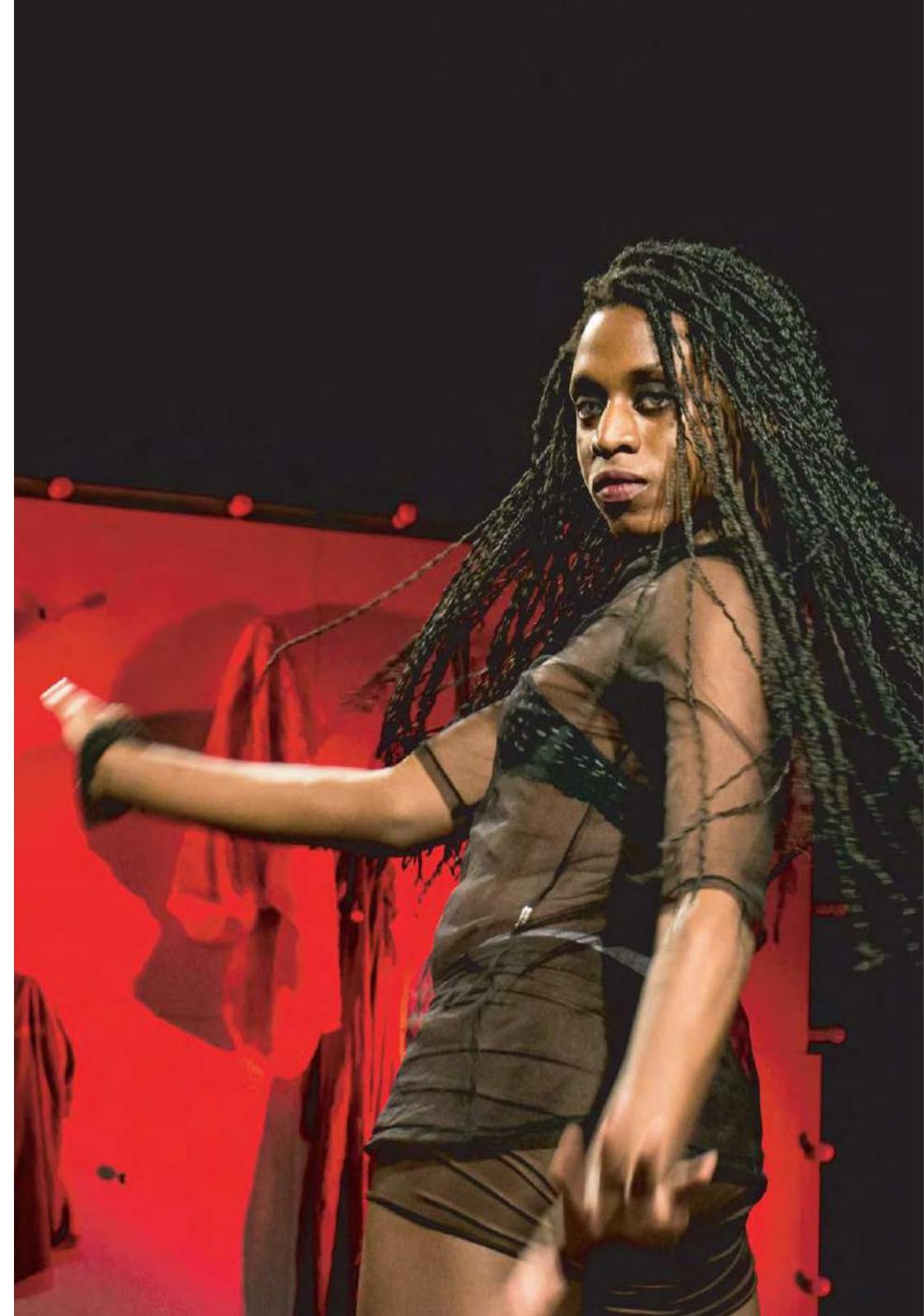


JUVENTUDES LGBT DE FAVELAS

“PREVENÇÃO E ENFRENTAMENTO DA VIOLÊNCIA CONTRA A
JUVENTUDE LGBT DE FAVELAS”





FOTOS

Em ordem de aparição

- 1 - Matheus Affonso
- 2 - Douglas Lopes
- 3 - Douglas Lopes
- 4 - Douglas Lopes
- 5 - Douglas Lopes
- 6 - Douglas Lopes

SUMÁRIO



DEFENSORIA PÚBLICA
DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

PATROCÍNIO

4	INTRODUÇÃO
7	QUEM É JOVEM NO BRASIL?
8	O QUE É LGBTFOBIA?
9	O QUE É IDENTIDADE DE GÊNERO E ORIENTAÇÃO SEXUAL?
11	A VIOLÊNCIA CONTRA A JUVENTUDE LGBT EM DADOS.
13	POR QUE DEBATER A VIOLÊNCIA DIRECIONADA À FAVELA?
15	ESPECIFICIDADES DA VIOLÊNCIA CONTRA A JUVENTUDE LGBT
17	JUVENTUDE LGBT DE FAVELA, UM PANORAMA DA INVISIBILIDADE.
25	O QUE É VIOLÊNCIA?
29	A QUEM RECORRER EM CASOS DE LGBTFOBIA?
38	REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS
39	QUEM SOMOS?
42	FICHA TÉCNICA

INTRODUÇÃO

Historicamente os territórios de favelas do Rio de Janeiro são atravessados por violências que vêm de todos os lados: do Estado, do tráfico, da sociedade de modo geral. E, dentro das favelas, a população de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis, Mulheres e Homens Trans (LGBT) sofre essas violações acrescidas da violência por conta da orientação sexual e, no caso de pessoas trans, ainda a violência por identidade de gênero.

Nesse contexto, o Grupo Conexão G de Cidadania para LGBT de Favelas atua há 11 anos com a missão de lutar para garantir, promover, efetivar e ampliar políticas públicas de direitos humanos, saúde, educação e segurança pública para LGBT vivendo nesses territórios. A estratégia da instituição é o diálogo com todos os setores da sociedade civil e do poder público. Em função disso, ao longo desse período, o Grupo Conexão G de Cidadania para LGBT de Favelas estabeleceu diversas parcerias, a fim de potencializar sua atuação. Este material é fruto de uma parceria com o Fundo Brasil de Direitos Humanos, que foi firmada em julho de 2016, e é resultado da execução do projeto Muito Prazer, Eu Existo, que, por meio da integração de diversos atores e setores governamentais e não





governamentais, em um processo essencialmente participativo, objetivou enfrentar os fatores negativos que afetam a sobrevivência da população LGBT.

A intervenção visou chamar atenção para os territórios onde as diferentes populações vivem. Nestes espaços, metodologias participativas são essenciais, considerando tanto a capacitação pessoal e coletiva entre as participantes, quanto a formação de consenso e a tomada de decisões que devem ser compartilhadas com todos os envolvidos. Outro aspecto importante é a construção de planos locais de ação que favoreçam o envolvimento dos sujeitos como proponentes e protagonistas da ação social que será implementada em seu território. Essa metodologia de planejamento participativo é resultado do compartilhamento de ideias, estratégias, visão, técnicas e práticas. Cada envolvido é autor da própria ação, passando a atuar como multiplicador, garantindo a sua sustentabilidade da iniciativa. Agrega estratégias participativas construídas a partir de elementos como problematização, identificação de recursos disponíveis, planejamento, sistematização e avaliação de ações locais de intervenção formuladas pelos atores sociais que vivenciam diretamente os problemas identificados. Por meio de uma linguagem simples e acessível, esta cartilha trabalha com a perspectiva de tornar cada vez mais pública as situações de violência e de promover o debate sobre as principais formas de discriminação a

que a juventude LGBT é submetida em territórios de favelas. Mas, sobretudo, visa orientar esses jovens sobre como proceder em caso de violência por motivação LGBTfóbica. Infelizmente, este é um debate que, em pleno século XXI, ainda precisamos fazer porque o Brasil é o país que mais mata LGBT no mundo. Está em curso um verdadeiro extermínio de pessoas LGBT neste país em função do avanço e fortalecimento da onda de conservadorismo e de alguns segmentos religiosos e de outras doutrinas extremistas e, por isso, nunca se fez tão necessário e urgente debater esses temas e fomentar políticas públicas de direitos humanos para essa população.

¹ No conceito adotado neste material, território que não se restringe a uma área delimitada geograficamente, mas, se apresenta, sobretudo, como um conceito relacional, que considera a dimensão cultural, as particularidades e os desejos da população, para além das suas necessidades objetivas. BOTELHO, I. "A diversificação das fontes de financiamento para a cultura: um desafio para os poderes públicos". In: MOISÉS, J.A. e BOTELHO, I. (orgs.). Modelos de financiamento da cultura. Rio de Janeiro, Minc/Funarte, 1997.

² Segundo dados de 2016 da Rede TransBrasil e do Grupo Gay da Bahia (GGB).

A toda a população LGBT Moradora de favelas, que acreditou e acredita no trabalho, realizado desde 2006, dentro das favelas do Rio de Janeiro. População pela qual tenho maior carinho e respeito por histórias de vida. Acreditamos que nossa instituição tem muito para aprender com todos os LGBT de favela, no tanto no que diz respeito na construção de uma agenda política que garanta o direito dessa população, quanto em outros aspectos direcionado ao nosso melhor atendimento para esse segmento.

Não podemos deixar de agradecer ao Fundo Brasil Direitos Humanos, quem acredito e continua acreditando nas ações dessa organização e quem proporcionou a viabilidade da confecção desse material, que para os LGBTs de favelas, serve como um canal de denúncia das violências vividas por esse segmento.

Aos que colaboraram para que este trabalho resultasse em sucesso!

13) FICHA TÉCNICA:

Texto e argumento: Gilmara Cunha (Presidenta do Grupo Conexão G de Cidadania LGBT de Favelas), Dayana Gusmão (Assistente Social, coordenadora do programa para mulheres no Conexão G e ABL) e Gabriel Horsth (Coordenador de Programas de Cultura)

Contextualização: Gilmara Cunha, Danielle Lopes Bittencourt, Dayana Gusmão e Gabriel Horsth

Revisão: Danielle Lopes Bittencourt

Projeto Gráfico: Matheus Affonso

Nosso Endereço: Rua Sargento Silva Nunes, 1012 – Complexo de Favelas da Maré

CNPJ: 15.829.595.0001-60

Contatos; E-mail – grupoconexaog@gmail.com ou grupoconexaog@conexaog.com.br

Tel. 21- 3105-5531

QUEM É JOVEM NO BRASIL?

O critério adotado no Brasil para demarcar a faixa etária considerada juventude segue as diretrizes internacionais e define como jovens as pessoas entre 15 e 29 anos; as que têm entre 25 e 29 anos são consideradas jovens adultos.

Todas as políticas públicas elaboradas para a juventude seguem esses parâmetros de idade. No entanto, vale lembrar que pessoas entre 15 e 18 anos incompletos são consideradas adolescentes, com uma legislação própria aplicada a elas: o Estatuto da Criança e Adolescente – ECA, que dispõe sobre as normas de proteção integral a essa população.



O QUE É LGBTFOBIA?

LGBTfobia é a prática e/ou discurso de ódio direcionados a pessoas LGBT de modo geral. Qualquer prática que impute dor e sofrimento a pessoas LGBT por conta de sua orientação sexual ou identidade de gênero deve ser reconhecida e combatida como LGBTfobia.

Conforme o grupo ao qual essa violência é direcionada, ela recebe as seguintes nomenclaturas:

Lesbofobia – direcionada a lésbicas;

Homofobia – direcionada a gays;

Bifobia - direcionada a bissexuais;

Transfobia – direcionada a pessoas trans (homem ou mulher).

3 Todas as definições conforme Jaqueline Gomes de Jesus (2012). Ver referência bibliográfica ao final desta publicação.



O QUE É IDENTIDADE DE GÊNERO E ORIENTAÇÃO SEXUAL?

4.1 **Identidade de gênero:** Gênero com o qual uma pessoa se identifica, que pode ou não concordar com o gênero que lhe foi atribuído quando de seu nascimento. Atualmente, as principais identidades de gênero são:

Pessoa cisgênero: Conceito “guarda-chuva” que abrange as pessoas que se identificam com o gênero que lhes foi determinado quando de seu nascimento.

Mulher transexual: é toda pessoa que nasceu com sexo biológico masculino, mas se reconhece como mulher e reivindica o reconhecimento social e legal como mulher.

Homem transexual: é toda pessoa que nasceu com sexo biológico feminino, mas se reconhece como homem e reivindica o reconhecimento social e legal como homem.

Travestis: toda pessoa que vivencia papéis de gênero feminino, mas não se reconhece como homem ou como mulher, e sim como membros de um terceiro gênero ou de um não-gênero.



QUEM SOMOS?

O Grupo Conexão G é uma organização da sociedade civil, fundada em março de 2006, originada por um grupo de jovens que decidiram realizar ações de reflexões sobre a questões do segmento LGBT moradoras em favelas. A trajetória desse coletivo é caracterizada por um interesse comum dos jovens de trabalhar com a minimização dos preconceitos vivenciados por este segmento de forma integrada e abrangente com o foco na temática direitos humanos, promoção da saúde, cultura, segurança pública e desenvolvimento territorial da população LGBT moradoras de favelas relativas à cidade do Rio de Janeiro.

O Conexão G nasce com a missão de pensar para o espaço da Maré e outras favelas um projeto de longo prazo. Seus eixos conceituais estão alicerçados dentro das perspectivas dos direitos humanos na promoção da saúde dessa população no espaço comunitário. Consciente da necessidade de mobilizar um número significativo de pessoas e de competências para essa imensa tarefa, o Conexão G, como expressa em seu próprio nome, busca viabilizar uma ação coletiva e articulada de forma a construir um projeto, (1) com forte capacidade de impacto, (2) com o objetivo de contribuir para minimização da sua baixa auto-estima e (3) no desejo de transformar a realidade local e de outros espaços de favelas.

4.² **Orientação sexual:** A orientação sexual diz respeito à esfera dos afetos. As principais orientações sexuais são:

Bissexualidade: Consiste na atração afetiva – emocional, romântica e/ou sexual – por pessoas de ambos os sexos.

Lesbianidade: Consiste na atração afetiva – emocional, romântica e/ou sexual – por mulheres.

Homossexualidade: Consiste na atração afetiva – emocional, romântica e/ou sexual – por homens.

Heterossexualidade: Consiste na atração afetiva – emocional, romântica e/ou sexual – por pessoas do chamado sexo “oposto”.

4 “Classificação pessoal e social das pessoas como homens ou mulheres. Orienta papéis e expressões de gênero”. Também cf. Jaqueline Gomes de Jesus (2012).

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

Publicações:

JESUS, Jaqueline Gomes de. Orientações sobre identidade de gênero: conceitos e termos. Guia técnico sobre pessoas transexuais, travestis e demais transgêneros para formadores de opinião. Jaqueline Gomes de Jesus. Brasília, 2012. 2ª ed. Disponível em <http://www.diversidadesesexual.com.br/wp-content/uploads/2013/04/G%C3%8ANERO-CONCEITOS-E-TERMOS.pdf>

PINTO, Andréia Soares; MORAES, Orlinda Claudia R. Dossiê mulher 2016. Rio de Janeiro: Instituto de Segurança Pública, 2016. Disponível em: http://arquivos.proderj.rj.gov.br/isp_imagens/Uploads/DossiêMulher2016.pdf

Sites:

Grupo Gay da Bahia: <http://www.ggb.org.br/>

Pesquisa jornal O Globo:

<http://blogs.oglobo.globo.com/na-base-dos-dados/post/mapa-de-direitos-lgbt-e-dados-sobre-violencia-mostram-divisoes-e-contradicoes.html>

Revista Galileu:

<http://revistagalileu.globo.com/Sociedade/noticia/2017/05/brasil-ainda-e-o-pais-que-mais-assassina-lgbts-no-mundo.html>

A VIOLÊNCIA CONTRA A JUVENTUDE LGBT EM DADOS.

O Brasil é um país que tem como princípio a democracia e que preza o exercício da liberdade de expressão. No entanto, todas essas garantias são extremamente frágeis quando se trata de direitos das ditas minorias políticas.

Paradoxalmente, o país que se diz democrático é o mesmo que lidera o ranking mundial de crimes de ódio contra a população LGBT, executando um LGBT por dia. Somente em 2016, 343 pessoas LGBT foram mortas no Brasil simplesmente por serem LGBT. Esse país é o mesmo que ocupa o 5º lugar no ranking mundial de feminicídio, com oito mulheres perdendo suas vidas diariamente. Como fica evidenciado através dos dados, está em curso no Brasil o massacre de toda uma população. São vidas interrompidas com a máxima crueldade – crueldade que é a principal característica dos crimes de ódio.

O perfil etário das vítimas desses assassinatos é de 15 a 31 anos, mostrando que o alvo prioritário dos assassinos é a juventude. Esses dados não fazem recorte de raça e classe, no entanto, se o fizessem, ficaria mais fácil enxergar que essas vítimas são principalmente pessoas pobres e negras.

Tal violência é alimentada pelo discurso de ódio, difundido e defendido por alguns segmentos religiosos e conservadores. São esses os “amoladores da faca” que assassina LGBTs todos os dias, interrompendo vidas e sonhos. E que ocupam os espaços de elaboração das leis, criando uma conjuntura política que não permite o avanço na proteção aos direitos e à vida de pessoas LGBT.



5 Fonte: Grupo Gay da Bahia (2016).

6 Fonte: Grupo Gay da Bahia (2016).

7 Fonte: Instituto de Segurança Pública – RJ. Dossiê Mulher. 2016.

8 Fonte: Pesquisa Jornal O Globo. Ver referência bibliográfica.

 Associação Grupo Para Todos - AGPT Caxias
Contato Marcos Lopes - (21) 98724-7124
E-mails: grupoparatodosgpt87@gmail.com
marcos.josue@yahoo.com.br

 Grupo Pluralidade e Diversidade – GPD
Contato: Sharlene Rosa (21) 7895-7276

 Associação para Liberdade de Expressão e
Diversidade - ALED
Contato: Azelmir Araujo – (21)99684-7692

 Grupo ELLOS - Queimados
Responsável: Cátia Cilene (21) 991355283

 Grupo Triângulo Rosa – Belford Roxo
E-mail: triangulosabel@gmail.com
Tel.: (21) 97752-8053 / 99998-7458
Presidente: anacostab.roxo@gmail.com
Vice-Presidente: bcsbru@hotmail.com

Tel.: (22) 2645-2023

 Grupo Arraial Free
Tel.: (22) 99745-8240

 Grupo Aldeia Diversidade
Contatos: Carlos Barreto, tel.: (22) 9241-9594; Victor Jotha, tel.: (22) 9223-4369 e (22) 9221-5806

 Grupo Cores da Vida
Contato: Fernanda Machado – (22)98158-0433

 Grupo Ostras G
Tel: Hórus Vlasak (21) 99655-3331
Twitter: @ostrasg.diversidadelgbts

Baixada Fluminense

Acolhimento a LGBTs

POR QUE DEBATER A VIOLÊNCIA DIRECIONADA À FAVELA?

Os territórios de favelas do Rio de Janeiro são reconhecidos nacional e internacionalmente pelo cotidiano violento. Essa violência é estrutural e vem de direções distintas: do tráfico, do Estado, da sociedade de modo geral.

Ao considerar os territórios de favelas como um território habitado por pessoas perigosas, que devem ser duramente reprimidas, o Estado impõe aos moradores um cotidiano de exclusão e de não acesso a serviços básicos de saúde, educação, cultura, segurança pública e todos os direitos concedidos aos moradores de outros espaços da cidade. O debate, que há tempos os movimentos sociais de favelas têm feito junto ao restante da sociedade, refere-se ao modo como essa intervenção tem se dado: ela promove muito mais o caos do que a paz nesses territórios. Todos os dias a juventude negra é executada nesses espaços e isso não causa estranheza à sociedade de modo geral. Essa rotina de extermínio precisa ser freada.

Os moradores de favelas têm se organizado na luta pela garantia de direitos, sobretudo o direito à vida das pessoas que moram nesses territórios. Existem campanhas produzidas por estes movimentos que

explicam aos moradores quais são seus direitos durante abordagens policiais, quais os direitos em termos de acesso à educação e saúde, entre outros direitos. Esse movimento de “instrumentalização” das pessoas é importante para que todos possam identificar quando estão tendo um direito violado e tenham informações sobre a quem recorrer. É importante que todos os moradores de favelas saibam que não estão sozinhos nessa luta por direitos.



Contato: gdn.gdn@hotmail.com



GTN - Grupo Transdiversidade de Niterói
Rua Visconde do Rio Branco, 627 - Sobreloja - Niterói - RJ
Tel.: (21) 3617-0251



Grupo 7 Cores
Contato: onggruposetecores@gmail.com



Grupo Gay Atitude
Tel.: (21) 98428-9590/ 96513-4657

região dos Lagos

Acolhimento a LGBTs



Grupo Iguais de Cabo Frio
Rua Casemiro de Abreu, 297 - Sala 4 - Centro, Cabo Frio - RJ

 Casa Nem
Rua Morais e Vale, 18 - Centro, Rio de Janeiro - RJ
Contato: Indianara Siqueira -
casanem2016@gmail.com

 TRANSREVOLUÇÃO
Contato:
Av. Rio Branco, nº 135/709 Centro – RJ (ao lado da Rua Sete de Setembro)

5. Atendimento a Homens Trans

 IBRAT
Contato: Leonardo Peçanha -
ibratnacional@gmail.com

Niterói

Acolhimento a LGBTs

 GDN - Grupo Diversidade Niterói
Av. Rio Branco, 627, Sobrado, Centro, Niterói, RJ
Tel.: (021) 3617-0251

ESPECIFICIDADES DA VIOLÊNCIA CONTRA A JUVENTUDE LGBT.

A juventude LGBT traz com ela essa força e o querer ser livre e lutar pelo o que acredita, na busca por reconhecimento e empoderamento negro, LGBT e de favela. A liberdade de expressão e a liberdade sexual são direitos constitucionais e devem ser exigidos e garantidos por todas as esferas de governo. Porém, isso não é o que vem acontecendo, sobretudo em tempos de profunda interferência de alguns segmentos religiosos nessas esferas, o que tem contribuído para o retrocesso em relação a direitos.

A liberdade sexual e a identidade de gênero são direitos quase extintos dentro desses territórios. Não se pode ser "afeminada", ou usando o termo popular, não se pode ser "pintosa", pois instituições e pessoas conservadoras oprimem os gays afeminados, as travestis e as/os transexuais desse território para manter a heteronormatividade e a padronização da orientação sexual heteronormativa, masculinizada e reprimida.

Durante a vida escolar, muitas mulheres trans e travestis sofrem preconceito e discriminação por sua identidade de gênero, classe social e por sua cor/raça. Esse é um dos grandes motivos para a evasão escolar, levando-as para a prostituição e adesão às drogas, muitas vezes um

caminho que lhes parece mais acessível e acolhedor diante das violências na instituição escolar.

Os casos de violência existentes na atual conjuntura são preocupantes e alarmantes, porém muitos deles ficam impunes e não causam estranhamento ou comoção à sociedade.



8 Conforme Jaqueline Gomes de Jesus (2012), p. 29, heteronormatividade é a “crença na heterossexualidade como característica do ser humano “normal”. Desse modo, qualquer pessoa que saia desse padrão é considerada fora da norma, o que justificaria sua marginalização.”

 Movimento Mulheres em Luta - MML
Sabrina Luz – mmlmacae@mmlmacae

 Movimento DELLAS
Contato: Yone Lindgreen -
movimentodellas@globo.com

Outras regiões:

 Lia Manso - (RJ/Niterói e Juiz de Fora): Direito de família/sucessões, causas raciais e causas LGBTTTI
Contato: liamariaadv@gmail.com

 Thais Justen Gomes (RJ: capital /Região Serrana/ Baixada Fluminense)
Advocacia cível e criminal. Causas de violência doméstica, direitos humanos, direitos dos animais, direito LGBTTI, direito à saúde e direito sindical.
Tel.: (21) 992304563

Atendimento a Travestis e Transexuais



Heloisa Melino - Advogada Ativista:

Contato: heloisamelino@gmail.com



Semirames Khattar – Advogada

Tel.: (21) 973095150



Coletiva Resistência LesBi de Favelas

Dayana Gusmão

Contato: dayanaseso@yahoo.com.br



Coletiva Visibilidade Lésbica da Zona Norte

Contato: Jaylo Borges -

mesvisibilidadelesbica@gmail.com



Articulação Brasileira de Lésbicas

Yone Lindgreen – yonelindgren@yahoo.com.br

Daniele Santa Brígida –

Dayana Gusmão – dayanaseso@yahoo.com.br

Michele Seixas – mseixaso@yahoo.com.br



Liga Brasileiras de Lésbicas

Contato: Virginia Figueiredo - gayredo@bol.com.br

JUVENTUDE LGBT DE FAVELA, UM PANORAMA DA INVISIBILIDADE.

O Rio de Janeiro é uma cidade na qual convivem diversas realidades extremamente distintas. A população LGBT de favela vive um cotidiano de dores diversas que são continuamente apagadas pela sociedade de modo geral, incluindo pela própria população LGBT que não vive em territórios de favelas. Os direitos sociais, civis e políticos que se colocam para a população LGBT não favelada, em sua grande maioria, não chegam aos LGBT de favela ou, quando chegam, não são absorvidos pela população, que não se apropria desses direitos, pelos fatores que citaremos aqui.

A favela não é uma bolha social. Ela recebe as mesmas influências que o restante da sociedade e por isso também reproduz preconceitos e perpetua violências. Toda a população LGBT de favela tem relatos de violência para contar. Ao longo da atuação do Grupo Conexão G de Cidadania LGBT, recebemos relatos de violência ocorrida dentro e fora do ambiente familiar. Essas violências geralmente se iniciam no ambiente privado sob o argumento da “correção” e “conversão” daquele indivíduo para se adequar às regras impostas pela sociedade heteronormativa. Violências que vão desde a privação de liberdade à violência física, raramente denunciadas, considerando a relação histórica entre a população desse território e as polícias.

Em primeiro lugar, porque as pessoas faveladas não acreditam que haverá punição para seus agressores; em segundo, porque têm medo de sofrer represálias dentro do território.

Além disso, existe um fator importante que é a relação familiar. De modo geral, as vítimas não querem denunciar suas mães, pais, irmãos, tios, etc. porque, após denunciar, terão que continuar convivendo com essa família diante da ausência de outro local para viver. Então, essas vítimas se submetem às violências sofridas até tomarem a decisão de sair de casa ou esperam esse ciclo ser interrompido por outro evento.

Outro aspecto importante que atravessa a vida das pessoas LGBT vivendo em territórios de favelas é a LGBTfobia institucional nos espaços de educação e saúde. Como mencionamos na seção anterior desta cartilha, os relatos de evasão escolar são altos nesses territórios e os principais fatores de expulsão de dessas pessoas é justamente a violência com cunho LGBTfóbico. Uma violência marcada desde a lista de chamada nominal na qual não se respeita o nome social à agressão sofrida por pessoas LGBT dentro de espaços escolares ou em suas proximidades. Além disso, o isolamento social muitas vezes imposto a LGBTs no ambiente escolar contribui para que a LGBTfobia se torne insuportável a ponto de os sujeitos não tolerarem e deixarem a escola.



Comissão de Direitos Humanos da OAB/RJ

Presidenta Raquel Castro

Av. Marechal Câmara, 150 - Rio de Janeiro – RJ

Tel.: (21) 2730-6525 / (21) 2272-6150

Sociedade civil

Rio de Janeiro (capital)

Acolhimento a LGBTs



Grupo Arcos Íris

Rua Tenente Possolo, 43 - Centro, Rio de Janeiro - RJ

Tel.: (21) 2222-7286 / (21) 2215-0844



Grupo Conexão G de Cidadania LGBT de Favelas

Rua Sargento Silva Nunes, nº 1012 - Nova Holanda -

Complexo da Maré

Rio de Janeiro - RJ

Tel.: (21) 3105-5531

Atendimento a mulheres lésbicas e bissexuais



Coletiva Sapa Roxa



NUDIVERSIS - Núcleo de Diversidade Sexual da
Defensoria pública do Estado do Rio de Janeiro
Tel.: (21) 2332-6186 / (21) 2332-6344
Observação: Ligar de 2ª a 6ª feira, das 10h às 18h para
AGENDAR atendimento



Ministério Público
Av. Marechal Câmara, nº 370 - Centro - Rio de Janeiro,
RJ
Tel.: (21) 2550-9050



Comissão de Defesa dos Direitos Humanos e
Cidadania
Tel.: 0800 025 5108

Direitos Humanos

Tel.: (21) 2508-5500

Secretaria Municipal de Assistência Social:

Tel.: (21) 3973-3800

Todas questões demarcadas neste texto são acirradas pelos profundos reflexos da questão social que se coloca nos territórios de favela e pela incidência do narcotráfico. O modelo de gestão do Estado em relação à população de favela sempre foi a violência. O uso da força para conter “as classes perigosas” tem deixado na história da favela um verdadeiro banho de sangue cujo principal alvo é a juventude negra. No entanto, essa violência não é somente física, ao contrário, é também social e política.

Ao passo em que todos os problemas que acontecem na favela são resolvidos pelo Estado com o envio da polícia (e nas últimas décadas, das Forças Armadas), há uma crescente retirada de direitos sociais que violentam as pessoas que vivem nesses territórios. Essa retirada de direitos é intencional e característica do neoliberalismo que cada vez mais diminui a responsabilidade do Estado pela garantia do bem-estar de seus cidadãos; situação agravada em um território no qual a ação estatal voltada a esse bem-estar já era precária.

Em paralelo a todas essas questões, há ainda a forte ação do tráfico, que dita regras de convivência para todos os favelados e que impõe regras ainda mais cruéis aos moradores de favela que são LGBTs. Essa regulação dos corpos e das vivências de pessoas LGBT em território de favela por parte do tráfico sempre existiu,

mas se acirrou nos últimos anos com a vinculação do tráfico a alguns grupos protestantes. Uma vinculação letal para LGBTs que faz com que os traficantes imponham regras com base em crenças machistas, LGBTfóbicas e apoiadoras de toda forma de preconceito social.

É comum circular nas favelas e ver pastores fazendo orações em bocas de fumo; é comum que nas bocas de fumo estejam sempre tocando músicas evangélicas; e tem sido cada vez mais naturalizada, através do uso da força, a imposição de pressupostos de alguns segmentos religiosos à vida de LGBTs. Recebemos diariamente diversos relatos que denunciam essa regulação. Nos últimos 10 anos, percebeu-se um fortalecimento substancial do número de igrejas nos territórios de favelas. Isso acontece em parte pelo trabalho assistencial que algumas igrejas fazem no território e em parte pela assinatura, pelo aval, do Estado para fortalecer tal relação. Esse acirramento tornou-se mais evidente à época da gestão Anthony Garotinho (1998-2002) no governo do estado do Rio de Janeiro, na qual a distribuição de “cheques-cidadão” era administrada por igrejas evangélicas destes territórios. Cada igreja exigia que para retirar o benefício o cidadão assistisse a um número determinado de cultos. Essa estratégia acabou por fortalecer as igrejas nesses

A QUEM RECORRER EM CASOS DE LGBTFOBIA?

No estado do Rio de Janeiro, podemos recorrer a uma série de órgãos para buscar apoio e orientação em caso de violações de direitos e fazer denúncias de discriminação e preconceito. Lembre-se de que cada denúncia é importante porque ela vai formar as estatísticas sobre casos de preconceitos e discriminação motivadas por ódio contra LGBT e esses dados irão influenciar as políticas públicas para essa população.

Onde buscar orientação e/ou fazer denúncia:

Poder público



Rio Sem Homofobia
Disque Cidadania LGBT
Tel.: 0800 023 4567



Coordenadoria Especial da Diversidade Sexual
(CEDS) da Prefeitura do Rio
Lília Sendin - Assessora Jurídica: e-mail:
lilisendin@gmail.com
Tel.: (21) 2976-9137



territórios e acirrou a perseguição a todas as pessoas que vivem e agem de modo diferente do previsto na Bíblia dos protestantes.

Em relação às mulheres lésbicas, a principal imposição passa pela impossibilidade de demonstração pública do afeto, mas o controle fica ainda mais acirrado quando essa mulher é uma lésbica que foge dos padrões de feminilidade. A “sapatão de favela” não pode andar de mãos dadas, beijar em público e realizar atividades simples. Além disso, nesses espaços, assim como nos demais espaços da sociedade, a relação homoafetiva entre mulheres passa pela fetichização (transformação em objeto de desejo sexual) de seus corpos para o prazer masculino, ou seja, o desejo entre mulheres é desconsiderado. A diferença nos territórios de favelas é que essa relação gera punição severa para as lésbicas.

Em relação aos homens gays, a principal determinação imposta pelo tráfico é em relação à vestimenta, que deve manter o padrão considerado “masculino”, e ao comportamento, que deve ser “masculinizado”. Pode ser gay, mas não pode “dar pinta”, e não pode flertar de modo público.

Já em relação à população de travestis e transexuais, as regras são mais cruéis porque este é o grupo da população LGBT mais odiado por alguns segmentos religiosos e, considerando a forte vinculação do tráfico

com a religião, é sobre esse grupo que recaem as regras mais cruéis. A circulação de travestis e transexuais na favela é sempre mais vigiada. É impressa uma hostilidade em maior nível. Essa hostilidade (transfobia) vai desde violência verbal à violência física.

Por ser o grupo mais marginalizado dentro da população LGBT, as travestis e pessoas transexuais são impelidas à prostituição como forma de sobrevivência, ficando ainda mais suscetíveis a todo e qualquer ataque. Elas “acumulam” o preconceito: o voltado a trans e o voltado a profissionais do sexo. Segundo relatos recebidos durante oficinas e encontros promovidos nos territórios de favelas com essa população, a violência direcionada à população trans é muito intensa. As falas vão desde violência verbal como xingamentos até ameaça de morte “ao traveco”. O simples fato de uma pessoa trans existir já soa como afronta às pessoas que vivem em favela e que são adeptas de um pensamento fascista, que não aceita a diversidade. As pessoas trans em favela somente podem existir se for pelo viés do engraçado, do contrário não são consideradas pessoas portadoras de direitos. Os principais direitos cerceados desses grupos são o direito de ir e vir e o direito a viver a plenitude da vida em sociedade na favela.

Em linhas gerais, quanto mais próximos aos padrões da heteronormatividade, menor o risco de



social. Esses atos violentos assumem formas diversas, dependendo do território, conflitos armados, violência de facções, agressões entre pais e filhos, (por exemplo, punição corporal), terrorismo, remoção forçada e segregação. A exposição à violência pode ser direta (por exemplo, ser vítima de um ato violento) ou indireta (por exemplo, ouvir falar sobre violência ou testemunhar violência envolvendo outras pessoas).

Violência moral: Ação destinada a caluniar, difamar ou injuriar a honra ou a reputação do indivíduo.

Violência patrimonial: Ato de violência que implique dano, perda, subtração, destruição ou retenção de objetos, documentos pessoais, bens e valores.

Vale dizer que todas as violências acima têm intenção de subordinar e diminuir o outro, fazendo com que esse sujeito se anule do mundo e se submeta aos desmandos de seus agressores. Infelizmente, muitas vezes, esses agressores são pessoas da própria família. Se você é LGBT e sofre alguma dessas violências, procure ajuda. Na próxima seção desta cartilha, traremos algumas informações úteis sobre serviços de orientação e denúncia.

violência com cunho LGBTfóbico. Contudo, essa passabilidade não isenta completamente a população LGBT do risco de ser alvo da violência. Na favela não existem espaços “gay friendly”, isto é, amigáveis aos gays. Em toda parte, existe a possibilidade de violência. A população LGBT de favela é sempre alvo do ódio gratuito por parte do tráfico e de parte significativa da população desses territórios. Quando recebem punição, a violência imposta a todos os grupos da população LGBT na favela é muito mais severa do que a que sofre a população heterossexual. A quebra das “regras da favela” sempre tem como represália a violência psicológica, moral, física e patrimonial, uma vez que a expulsão de moradores de suas casas é uma punição típica dos territórios de favelas.

Considerando então a pobreza e a miséria vividas por muitos moradores nas favelas cariocas, a retirada dos direitos, a LGBTfobia e a influência e ação do narcotráfico, apresenta-se uma conjuntura cruel para qualquer morador de favela, mas ainda mais cruel e excludente em relação à população LGBT.

Essa conjuntura de marginalização impede que essas pessoas acessem serviços sociais básicos e as coloca num lugar de vulnerabilidade social extrema. O debate sobre a sobrevivência de LGBTs de favela sequer alcança os espaços da academia ou da construção de políticas públicas. Não há sequer dados oficiais sobre essa

população, e por isso o Grupo Conexão G de Cidadania para LGBT de Favelas considera tão importante o debate sobre a população LGBT vivendo em favelas como forma de incidir na violência que se abate sobre esse grupo. Essa violência é como um câncer social que entra em constante metástase, alcançando cada vez mais pessoas e fazendo cada vez mais vítimas LGBTs.

A LGBTfobia deve ser considerada um problema social de máxima relevância, que demanda intervenção urgente do poder público e de organizações da sociedade civil que atuam diretamente na promoção de direitos humanos.

⁹ Conforme Jaqueline Gomes de Jesus (2012), p. 29, heteronormatividade é a “crença na heterossexualidade como característica do ser humano “normal”. Desse modo, qualquer pessoa que saia desse padrão é considerada fora da norma, o que justificaria sua marginalização.”

¹⁰ Chamamos de passabilidade a proximidade com os padrões heteronormativos para a vestimenta e comportamento socialmente previsto para homens e mulheres.

¹¹ Na próxima seção da cartilha, você irá encontrar a definição de violência patrimonial.

O QUE É VIOLÊNCIA?

Nas sociedades, existem várias formas de violência: o preconceito, as agressões físicas e verbais, o bullying, a homofobia e a violência contra a mulher, entre outras. Segundo a Organização Mundial de Saúde (OMS), elas acontecem quando alguém ou um grupo de pessoas utiliza intencionalmente a força física ou poder para ameaçar, agredir e submeter outras pessoas, privando-as de liberdade, causando algum dano psicológico, emocional, deficiência de desenvolvimento, lesão física ou até a morte. Segundo suas características principais, temos como tipos de violência:

Violência física: Ação ou omissão que coloque em risco ou cause danos à integridade de uma pessoa.

Violência psicológica: Ação ou omissão destinada a degradar ou controlar as ações, comportamentos, crenças e decisões de outra pessoa por meio de intimidação, manipulação, ameaça direta ou indireta, humilhação, isolamento ou qualquer outra conduta que implique prejuízo à saúde psicológica, à autodeterminação ou ao desenvolvimento pessoal.

Violência social: É qualquer tipo de violência cometida por indivíduos ou pela comunidade, com uma finalidade